

cadernos

IHU

ideias

O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser

Marco Antonio de Abreu Scapini



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

**O salto mortal de Louk Hulsman
e a desinstitucionalização do ser:
um convite ao abolicionismo**

Marco Antonio de Abreu Scapini
ano 10 • nº 170 • 2012 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 10 – Nº 170 – 2012

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

O SALTO MORTAL DE LOUK HULSMAN E A
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DO SER:
UM CONVITE AO ABOLICIONISMO

Marco Antonio de Abreu Scapini

*Quando você se contenta com as ideias
que são transmitidas sobre o sistema penal e as prisões,
quando você dá de ombros para certas notícias que,
de todo modo, eventualmente aparecem nos jornais
– notícias assombrosas sobre problemas penitenciários,
como encarceramento de jovens, motins,
violências e mortes entre presos;
quando aqueles que acionam a máquina e conhecem seu horror
se dizem impotentes diante do mal causado
e continuam em seus postos;
você e eles estão consentindo na prisão e no sistema penal
que a criou.
Você realmente aceita estar comprometido
com as atividades concretas
que levam a tais situações?
Louk Hulsman*

O presente texto, a título de introdução, é fruto de diversos diálogos sobre o tema abolicionismo, mais precisamente em duas oportunidades: uma na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) a convite do professor Alexandre Pandolfo, e outra na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no evento IHU ideias, a convite do professor Marcelo Leandro dos Santos, ambas no ano de 2011. Desses frutíferos encontros, também com a presença do professor Grégori Laitano, a partir de um questionamento de um aluno surgiu a questão propriamente dita do *salto mortal*. Portanto, a partir do questionamento é que se desenvolvem os argumentos que seguirão as linhas deste artigo. É importante destacar que a pretensão é fazer uma reflexão desde a obra de Hulsman. Assim sendo, trata-se de um texto introdutório, apresentando ideias e reflexões gerais sobre o abolicionismo.

Alguns dos pontos a serem destacados neste texto já estão presentes na entrevista *Abolicionismo vida e tempo*,¹ que fazem parte da conferência intitulada: *Nas fronteiras da Lei: o abolicionismo de Louk Hulsman*. Assim, destacamos que o texto em questão é o desdobramento de ideias apresentadas e experienciadas nestes encontros abertos, e que, justamente por não terem sido meramente conferências fechadas no sentido formal, deu a chance de acontecerem muitos questionamentos pertinentes, troca de experiências, de dúvidas, mas principalmente de angústias em relação a como as coisas estão na contemporaneidade. Angústias não apenas em relação ao sistema penal, aos horrores da punição, da situação do sistema carcerário, mas também em relação ao sistema de ensino, ao sistema político que se representa na democracia que vivemos, entre outros temas da vida e que, por isso, são temas do abolicionismo.

Em outras palavras, a angústia compartilhada nesses encontros foi de pessoas que, apesar da institucionalização do mundo e da nossa forma de viver, conseguem ainda superar todos os dispositivos de neutralização e sentir um mal-estar necessário para agir frente a toda e qualquer situação de injustiça, para agir e demonstrar que não estão satisfeitas com a herança que nos foi transmitida e querem, sim, mudar o rumo de como as coisas estão. E este é, talvez, o ponto central do abolicionismo ou da prática abolicionista: resgatar a vitalidade do nosso modo de viver e pensar outras possibilidades à vida. E tudo isso foi possível nesses pequenos encontros, aproximando-se do que Edson Passetti chama de curso livre:

O curso livre realiza interesses singulares, não só de professores, pesquisadores e estudantes, mas de pessoas atentas a um tema, numa específica maneira de intervir. Ele não exige pré-requisitos, pode ocorrer numa universidade ou em qualquer lugar. No curso livre não estão em jogo a frequência, a avaliação final, o domínio disciplinar do professor, o horário para terminar, o número de aulas-hora regulamentadas pelo Estado, a emissão de diploma, certificado ou atestado, uma determinada retórica para ser entendida de maneira uniforme. [...] O curso livre propicia possibilidades de contatos, aproximações, trocas de experiências, invenções de práticas, amizades, amores intensos, refeições divertidas. O curso livre é mais e menos do que professor, aluno e sala de aula com uma específica bibliografia. Promove associabilidades.²

1 Entrevista publicada no site da revista *IHU On-Line* do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br> ou em sua versão impressa, n. 375.

2 PASSETTI, 2004, p. 9.

A referência ao curso livre é importante, justamente para demonstrar a importância do encontro, da troca de experiência que só é possível quando um encontro realmente se dá, do momento criativo, individual e coletivo, que é propiciado naquele instante. Deste encontro *real*, certamente todos saem diferentes do que entraram.

Fazemos este destaque para demarcar uma posição contrária à prática de ensino a distância de um modo geral, ou seja, de palestras e conferências em sistema telepresencial e, ainda, a todo e qualquer modelo em que prevaleça a força burocrática das instituições de ensino. Essa virtualização dos encontros acadêmicos, do ensino, parece inevitável em razão de diversos interesses, principalmente, talvez, o econômico. Mas é fundamental pontuar a necessidade do resgate e da reafirmação do encontro mesmo, cara a cara, onde existe a chance para o novo aparecer.

* * *

Nessa breve introdução percebemos elementos importantes daquilo que se pode compreender por abolicionismo. A demarcação da positividade em relação ao abolicionismo exige uma leitura cuidadosa, paciente e aberta a novos rumos. Assim, não podemos, mesmo que seja tentador, pretender estabelecer um conceito de abolicionismo. Agir dessa maneira seria, no mínimo, irresponsável com a multiplicidade de sentidos que abrange a questão que estamos tratando. Nesse sentido, o abolicionismo, podemos dizer, é uma prática, uma experiência aporética, que nunca se realiza como tal; ele está sempre em construção, e, portanto, está sempre no tempo.

É, ainda, importante pontuar a relação do abolicionismo com as questões penais, com o sistema penal de uma maneira geral. Evidentemente, o sistema penal é um dos elementos centrais da crítica abolicionista. E não poderia ser diferente, tendo em vista a magnitude da violência presente neste campo. Todavia, é imprescindível termos presente que o abolicionismo não se limita a questões penais nem a crítica ao sistema penal, como veremos.³ Nesse sentido, queremos dizer que há, sim, a autonomia daquilo que pode se compreender por abolicionismo. Por essa razão, estamos evitando a presença da palavra “penal”, quando falamos abolicionismo.

Nesse sentido, Passetti afirma que o

abolicionismo penal é uma prática anti-hierárquica que não se limita ao sistema penal. Trata-se da demolição de costumes autoritários difundidos na cultura ocidental, ancorados na autoridade central de comando com o direito

3 Cf. NABUCO, 2000.

de dispor dos corpos. O abolicionista penal sabe que todo o direito emerge de um acontecimento violento. Não fala exclusivamente de justiça criminal nem de sua tão combatida seletividade dirigida, na maioria dos casos, a pobres e *diferentes*. O abolicionismo penal é uma prática de liberdade que soma experimentos.⁴

Desde já percebemos a tensão existente entre o abolicionismo e o sistema penal. O abolicionismo está constantemente em choque com as questões penais de um modo geral, mas, como dito acima, não se limita a tais questões. O abolicionismo, ao ser considerado como prática anti-hierárquica, coloca em xeque toda e qualquer autoridade. Por isso é difícil escapar das questões penais, tendo em vista que todo o sistema penal nasce da autoridade da Lei, ou seja, da instituição do direito. Se o abolicionista sabe que o direito emerge de um acontecimento violento, a questão fundamental é, portanto, a crítica às justificações deste acontecimento violento.

Em outras palavras, podemos perceber a radicalidade da abordagem abolicionista, uma vez que faz aparecer justamente um questionamento sobre a legitimidade da autoridade do direito. Qual seria, portanto, a legitimidade da autoridade jurídica? Haveria algo anterior ao direito que legitimaria essa violência instituinte e fundadora? Nos termos expostos por Derrida: “trata-se de julgar aquilo que permite julgar, aquilo que se autoriza o julgamento”.⁵ Aparece, portanto, o fundamento místico da autoridade.

Não por outra razão, a questão da punição é tão importante à temática abolicionista. Trata-se do desdobramento desta violência fundadora, da autoridade em algum sentido. Nesse sentido, o questionamento abolicionista é o mesmo da desconstrução de Derrida, ou seja, um questionamento de ponta a ponta sobre a justiça.⁶

A institucionalização de que falamos não se dá apenas em termos políticos que se desdobram na regulamentação do viver pelas instituições, mas também no íntimo de cada singularidade, de cada pessoa; dá-se em todas as camadas textuais da cultura, desde o nível da linguagem. Assim sendo, o saber acadêmico também está presente neste contexto. É notória a presença de certa hierarquização na academia, de certo autoritarismo, certo tom policialesco, que precisa ser desconstruído. Desse modo, aproximando-se de Hulsman, Passetti afirma o seguinte:

O abolicionismo penal é uma atitude na fronteira que desestabiliza inclusive o *saber acadêmico*, hoje algo mais do que necessário, quando o seu discurso vem se tornando

4 PASSETTI, op. cit., p. 11.

5 DERRIDA, 2007, p. 5.

6 Cf. SOUZA, 2010.

cada vez mais policiador. O abolicionista penal é aquele que começa abolindo o castigo dentro de si. Inventa uma linguagem, um estilo de vida, em que, mesmo não se apartando das utopias, atua no presente de maneira heterotópica. Não deixa para o futuro o que é preciso fazer agora.⁷

Portanto, a postura abolicionista é de desestabilizar o que está dado. O que muitas vezes é dado como natural. É justamente esta naturalização, ou ainda, esta tentativa de neutralização da diferença que é insuportável numa perspectiva de algo que podemos chamar de pensamento abolicionista. Nesse sentido, diz Ricardo Timm de Souza:

Podemos considerar que a diferença é a *questão propriamente dita* do pensar, é a sua condição, como é o impedimento de sua completação. A questão da diferença é a provocação a um processo de compreensão do “todo”, ao mesmo tempo em que bloqueia, por sua recorrência incômoda e indeclinável, qualquer incentiva de universalização totalizante. É, por isso, que o pensamento – e a filosofia, enquanto determinada forma de organização do pensamento – tem de se ver continuamente confrontado com o problema das origens, dos fundamentos, dos pressupostos, antes de se preocupar com as consequências e o sistema. É por isso também que o pensar é uma tarefa infinita, e tem de necessariamente reiniciar-se a cada momento.⁸

E disso, portanto, não escapa um dito pensamento abolicionista. O questionamento dos pressupostos, das origens, deve estar continuamente presente nos debates abolicionistas. Em certo sentido, é a condição exigida por certa radicalidade esperada de um abolicionista. Assim, a autocrítica e a reinvenção constante de seu próprio pensamento faz justamente o que se espera de um pensamento pautado pelo tempo.

A partir desse prisma, abolir o castigo dentro de si seria um agir ético que inicia na intimidade de cada um. Abolir o castigo dentro de si pode significar a chance para um novo mundo, para novas perspectivas do nosso mundo. Pode significar o rompimento com certa castração que pretende exercer todos os tipos de autoritarismos, que não fazem outra coisa senão tentar domesticar a diferença, para usarmos uma expressão de Ricardo Timm de Souza.⁹ Além disso, pode ser a reinvenção de si mesmo, começando de novo a cada instante, uma nova vida aparece desde a construção de uma nova linguagem, relacionando-se com o mundo de uma maneira diferente.

7 PASSETTI, op. cit. p. 12.

8 SOUZA, 2000, p. 191-192.

9 Idem, p. 192.

* * *

A reinvenção de si de que falávamos acima é bastante próxima daquilo que Hulsman chama de conversão:

Na realidade, a conversão sempre implica num salto, porque não se sabe exatamente no que vai dar uma tal reorganização. É um salto mortal, pois a conversão necessariamente se produz em dois níveis: o da *compreensão* da realidade e, paralelamente, o da *prática* que dela decorre.¹⁰

Nesse sentido, o salto mortal de que nos diz Hulsman é a conversão para o novo a partir da compreensão de uma realidade existente, juntamente com prática decorrente dessa compreensão. A reorganização que se implica quando dado o salto mortal é a possibilidade de experimentarmos o novo de que falamos. Isso somente se dá desta maneira, pois com o salto mortal estamos rompendo com todo e qualquer cálculo prévio daquilo que podemos chamar de sistema. Aliás, se já estivesse calculado ou programado por um sistema não seria novo, mas meramente o desdobramento da economia do cálculo.

Além disso, diz Hulsman que:

As vacilações que podemos ter diante do salto diminuem à medida em que vamos fazendo este tipo de experiência. [...] A ansiedade experimentada diante de uma conversão necessária vem da ideia de que vamos perder nossa identidade. E minha experiência me demonstrou o contrário. Jamais perdi qualquer coisa nos saltos que dei. Tudo foi reinterpretado com novos significados, mais profundos e mais verdadeiros. Numa conversão, não nos perdermos, nos encontramos a nós mesmos. Foi por ter sentido este fenômeno como extremamente proveitoso que, em determinado momento, pude saltar para a posição abolicionista.¹¹

Portanto, os saltos são da escolha de cada um. E as conversões são permanentes. Nos termos de Hulsman, trata-se de uma prática de libertação, de ver a vida como uma contínua descoberta. Segundo o autor, significa “estar aberto; viver solidariamente; estar apto a uma permanente conversão”.¹²

Assim, ao lado do agir da conversão que implica o salto mortal está também o agir solidário. Aqui estamos diante de outra categoria fundamental a Hulsman para a possibilidade de uma permanente conversão. Em relação à solidariedade, afirma Hulsman que:

Para mim, ela está ligada à maneira pela qual percebo minha própria existência. É uma espécie de motor interno. Creio que meu sentimento de solidariedade está profun-

10 HULSMAN, op. cit., p. 48.

11 Idem, p. 48.

12 Idem, p. 33.

damente enraizado num forte sentido de igualdade entre os homens. Mas, atenção: uma noção de igualdade totalmente oposta à que, em geral, propõem o discurso oficial e a prática institucional de nossas sociedades.¹³

A noção de solidariedade de Hulsman é referida pelo sentido que se dá a sua própria existência. Um sentido profundo, radical, que muda o modo de ser e existir no mundo. Ao percebermos a própria existência desde a ótica desta solidariedade que deve escandalizar toda e qualquer instituição, as ofertas absolutamente formalistas de igualdade que propõem os discursos oficiais já nos aparecem como violentas, perdendo completamente o seu sentido ético no sentido propriamente dito de neutralizar a diferença.

Desse modo, desde a noção de solidariedade, não podemos compreendê-la simplesmente como um “favor” a alguém, ou reduzi-la a algo que possa ser interpretado como um gesto de generosidade. Trata-se, de maneira bem simples, de um dever.

Além disso, é importante mencionar a relação que Hulsman estabelece entre a sua noção de solidariedade com o enraizamento da noção de igualdade:

A noção de igualdade mais comumente utilizada pela prática e pelo discurso institucionais exclui a diversidade. A noção oficial de igualdade traz implícita uma simplificação da vida. Às instituições, para tornar as coisas maleáveis, reduzem-nas à sua natureza institucional. Isto está em total contradição com minha noção de igualdade, que, a meu ver, é sinônimo de diversidade.¹⁴

Portanto, a igualdade de que nos fala Hulsman é absolutamente diferente da pretensa igualdade formal estabelecida pelas instituições como forma de gestão do viver, ou seja, da maneira pela qual se faz a economia do viver. A esta “igualdade” Hulsman se opõe, justamente por não pretender simplificar a vida, por não cair no erro de neutralizar a diferença. Quando ele fala em diversidade, podemos ter em mente uma relação ética com a diferença, com o real em outras palavras. Por isso insistimos tanto na questão de um novo modo de olhar o mundo e de se relacionar com ele. Essa postura, esse gesto somente é possível desde uma reaproximação da racionalidade com a ética. Nesse sentido, é o que diz Ricardo Timm de Souza:

“Racionalidade” significa aqui se relacionar para além dos reflexos que o pensamento é capaz de destilar para si mesmo. Racionalidade significa relacionar-se com a realidade, e a realidade não está presente de forma concreta e absoluta no interior da lógica do próprio pensamento que pensa: há sempre algo para além daquilo que somos ca-

13 HULSMAN, op. cit. p. 41.

14 Idem, p. 41.

pazes de pensar, e, se assim não fosse, teríamos a onisciência, e não necessitaríamos aprender nada.¹⁵

Portanto, é nessa dimensão que é fundamental a crítica às instituições. Hulsman não nega utilidade que as instituições possam ter, de modo que fornecem marcos regulatórios que pretendem organizar o viver. Todavia, esta regulamentação tem sido insuficiente e demasiado violenta. Isso porque, ao fazerem uma simplificação do viver, ao pretenderem tornar as coisas maleáveis, as instituições se transformam em um grande problema, justamente por esta dimensão totalizante que se desdobra em infinitas estruturas de violência.¹⁶

Desde este núcleo de violência estabelecido pela institucionalização do viver e pelo modo de funcionamento das instituições, podemos ter uma melhor compreensão do que Adorno refere em relação à racionalidade instrumental que, ao cabo, parece ser o modo de funcionar destas instituições. Não por outra razão, o filósofo alemão é preciso ao dizer que “nessa prisão ao ar livre que o mundo está se transformando, já nem importa mais o que depende do quê, pois tudo se tornou uno. Todos os fenômenos enrijecem-se em insígnias da dominação absoluta do existente”.¹⁷

A diferença é aniquilada. Se tudo é uno, como diferenciar o que de quê? Este é justamente o mundo em que vivemos: uma prisão ao ar livre. Não por outra razão, Hulsman aponta para a dificuldade de se sair desta lógica de organização do viver quando afirma o seguinte: “nós, somos de tal forma *colonizados* pelo enfoque institucional que, mesmo quando queremos desinstitucionalizar e descentralizar, a toda hora recaímos no modelo de que tentamos fugir”.¹⁸ Essa colonização de que fala Hulsman nos foi legada, mas temos a possibilidade de fazer uma escolha em relação a esta herança. A colonização se dá de tal modo que o próprio pensar é contaminado pelo enfoque institucional. E se o pensar é contaminado por esse prisma, todo o resto se desdobrará desde o controle exercido pela máquina institucional. O que estamos querendo dizer é bastante perceptível quando se ouve afirmações de que o abolicionismo é “apenas” uma utopia. Ou quando aparecem questionamentos no sentido de que não pode ser aplicado no plano prático. Percebemos, na afirmação de ser o abolicionismo algo como utópico, em sentido pejorativo, é claro, uma pretensão de neutralizar o potencial crítico que pode ser explorado desde o abolicionismo. Já em relação ao questionamento em nível prático, percebemos que a questão é colocada desde a colonização institucional de que falamos acima.

15 SOUZA, 2004, p. 26-27.

16 Idem, p. 28.

17 ADORNO, 2009, p. 101.

18 HULSMAN, op. cit. p. 40.

Todavia, temos a chance de escolher nos desinstitucionalizar. Para Hulsman esta chance está na prática abolicionista, quando diz: “a meu ver, a única maneira de deter a cancerização institucional para revalorizar outras práticas de relacionamento social é desinstitucionalizar na perspectiva abolicionista”.¹⁹ Desse modo, a possibilidade de detenção da cólera institucional, bem como da revalorização dos laços sociais, se dá pela prática e perspectiva abolicionista que, em outras palavras, significa agir desde os prismas da solidariedade e conversão de que falamos acima. Nesse aspecto, é importante referir que, para Hulsman, a solidariedade diz respeito a agir com cada elemento do mundo, não apenas entre as pessoas. Assim, afirma o autor: “a solidariedade de que falo é sempre uma solidariedade vivida com seres ou grupos concretos: pessoas, animais, objetos concretos. [...] Sim, eu vivo em solidariedade com cada elemento do mundo, mas não com as instituições e seus símbolos”.²⁰

Desde este prisma, poderemos ressignificar as relações sociais e construir um novo modo de ser e existir. Para tanto, é imprescindível, a cada instante, que se mantenha a radicalidade crítica do abolicionismo. Aqui, medidas conciliatórias e assertivas em tom mediano não têm efeito. Afinal é de saltos mortais que precisamos. Esses saltos exigem a transgressão de todo e qualquer limite como condição de abertura para o novo. Em outras palavras, diante das condições atuais da existência e da urgência de se tomar decisões, precisamos querer o impossível, ou, nos termos de Zygmunt Bauman, “precisamos *tentar o impossível*”.²¹ Nesse sentido, diz Derrida: “o ‘impossível’ de que muitas vezes falo não é utópico, ao contrário, dá o movimento mesmo ao desejo, à ação e à decisão, sendo a figura mesma do real. Ele tem sua solidez, proximidade, urgência”.²²

O possível nestas condições do viver, como vimos, já está calculado pela máquina institucional. O modo pelo qual teremos a condição de desinstitucionalizar nossas existências é extrapolando o limite do possível. O possível não nos é mais o bastante, o suficiente para mudarmos o rumo de como as coisas estão. Em verdade, precisamos da experiência do limite em cada gesto, em cada ação. Segundo Derrida, “a experiência do limite ‘toca’ em algo que não está plenamente presente. Um limite nunca aparece como tal”.²³

Em tom aporético, podemos dizer no melhor dos sentidos: assim como a experiência do limite toca em algo que não está plenamente presente, também a experiência abolicionista não está presente em sua plenitude. Por essa razão é que o abolicio-

19 HULSMAN, op. cit. p. 40.

20 Idem, p. 42.

21 BAUMAN, 2009, p. 31.

22 DERRIDA, 2004, p. 325.

23 Idem, 2004, p. 351.

nista vive artisticamente a sua vida, vive a experiência do tempo justamente na multiplicidade de sentidos que significa o viver. Desse modo, o abolicionista enquanto tal jamais se realiza.

A partir desses gestos, desses saltos mortais, dessa desinstitucionalização, poderá ser possível uma ressignificação do sentido político do próprio modelo de democracia. Com a presença da dimensão temporal, chegamos ao que Derrida chama de democracia por vir. Assim, diz o autor argelino o seguinte:

Essa “ideia” não é, todavia, uma “ideia no sentido kantiano”, de uma só vez, reguladora e distanciada ao infinito. Ela comanda a mais concreta urgência, aqui e agora. Se, contudo, prezo o velho nome “democracia” e falo com tanta frequência na “democracia por vir” é porque nela vejo o único nome de regime político que, carregando em seu conceito a dimensão de inadequação e do por-*vir*, declara sua historicidade e sua perfectibilidade. A democracia nos autoriza em princípio a invocar publicamente as duas aberturas, com toda liberdade, para criticar o estado atual de toda declarada democracia.²⁴

Assim, no próprio conceito de democracia está presente uma promessa original que faz dela (a democracia) algo diferente de um regime político em sentido estrito. Sua historicidade e perfectibilidade a mantém no tempo, fazendo dela algo sempre por acontecer. No entanto, isso não significa algo irresponsável ou certa autorização indefinida. Ao contrário, conforme assinala Derrida:

O por-*vir* não significa o distanciamento ou o retardo indefinido, autorizado por alguma ideia reguladora. O por-*vir* prescreve aqui e agora tarefas inadiáveis, negociações urgentes. Por mais insuficientes que sejam, elas não permitem que se espere. Ser democrata seria agir reconhecendo o que nunca vivemos numa sociedade (suficientemente) democrática. O trabalho crítico e mais do que crítico, a tarefa democrática é indispensável à respiração democrática, bem como a toda ideia de responsabilidade.²⁵

O trabalho crítico, portanto, de Hulsman segue nessa linha, agindo e reconhecendo que nunca vivemos numa sociedade suficientemente democrática. Nesse sentido, podemos dizer que, a cada instante, o trabalho crítico *apenas* se inicia.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Crítica cultural e sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2009.

24 DERRIDA, 2004, p. 324.

25 Idem, 2004, p. 335.

BAUMAN, Zygmunt. O que há de errado com a felicidade. In: *A arte da vida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. A utopia não, o im-possível. In: *Papel-Máquina*. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. Outrem é secreto porque é outro. In: *Papel-Máquina*. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

HULSMAN, Louk. *Penas Perdidas*. O sistema penal em questão/por Louk Hulsman e Jacqueline Bernat de Celis. Trad. Maria Lucia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PASSETTI, Edson. Curso Livre. In: *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SOUZA, Ricardo Timm de. *Da neutralização da diferença à dignidade da alteridade: estações de uma história mult centenária*. In: *Sentido e Alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

_____. *Ética como fundamento: uma introdução à ética contemporânea*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

_____. *Justiça em seus termos: dignidade humana, dignidade do mundo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 41 – *Memória e justiça: quando esquecer é imoral*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos **Cadernos IHU ideias**. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 68 – *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel*

A publicação dos **Cadernos Teologia Pública**, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os **Cadernos Teologia Pública** se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 39 – *A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben* – Castor M. M. Bartolomé Ruiz



Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 169 – *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff



Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kriskche Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Prof. Dr. Thomas Kesselring* *Juizados ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Érico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brainer de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga-SP* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff



Marco Antonio de Abreu Scapini é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Ciências Penais e mestre em Ciências Criminais pela mesma instituição. Membro do Instituto de Criminologia e Alteridade (ICA).